

ANALFABETISMO: o que pensam os excluídos?

*Patrícia Berlini Alves Ferreira
Márcia Machado de Lima*

Resumo

Este ensaio tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o analfabetismo, com base no discurso de agradecimento de Enzensberger (1985), por ocasião da entrega do Prêmio Heinrich Böll, quando, ao defender a causa dos que não sabem ler e escrever, tece elogios ao analfabetismo, considerando a voz dos excluídos, ou, como aponta Wanderley Geraldi (2015) – dos nascidos *errados*. Dessa forma, apresentamos apontamentos que agregam importância ao discurso de agradecimento de Enzensberger, a partir da voz de quem permanece em silêncio como meio de estratégia de sobrevivência, no lugar subalterno a eles destinados, quando se trata de exclusão e desigualdade social.

Palavras-chave: analfabetismo; Enzensberger; exclusão; desigualdade social.

ILLITERACY what do the excluded think

Abstract

This essay aims to reflect on illiteracy based on Enzensberger's acceptance speech (1985), on the occasion of the Heinrich Böll Prize, when, in defending the cause of those who cannot read and write, he praises illiteracy, considering the voice of the excluded, or, as Wanderley Geraldi (2015) points out – of those born *wrong*. In this way, we present notes that add importance to Enzensberger's thanks speech, from the voice of those who remain silent as a means of survival strategy, in the subordinate place destined for them, when it comes to exclusion and social inequality.

Keywords: illiteracy; Enzensberger; exclusion; social inequality.

ANALFABETISMO: lo que piensan los excluidos

Resumen

Este ensayo pretende reflexionar sobre el analfabetismo, a partir del discurso de agradecimiento de Enzensberger (1985), con motivo de la entrega del Premio Heinrich Böll, cuando, al defender la causa de los que no saben leer y escribir, ensalza el analfabetismo, considerando la voz de los excluidos o, como señala Wanderley Geraldi (2015), de los nacidos *equivocados*. De esta forma, presentamos apuntes que suman importancia al discurso de agradecimiento de Enzensberger, desde la voz de quienes callan como estrategia de sobrevivencia, en el lugar subordinado que les es destinado, frente a la exclusión y la desigualdad social.

Palabras clave: analfabetismo; Enzensberger; exclusión; desigualdad social.

INTRODUÇÃO

Mediocridade e loucura é o título que recebeu no Brasil a tradução de uma das conferências de Hans Magnus Enzensberger, publicada pela Editora Ática. O prêmio Heinrich Böll é um prêmio literário concedido pela cidade de Colônia, na Alemanha, que reconhece a obra de um autor de

língua alemã como um todo considerado fiel ao estilo da literatura alemã contemporânea. Enzensberger, em 1995, no livro *Mediocridade e loucura*, publicou seu discurso de premiação *Elogio ao analfabetismo*, ao receber o referido prêmio.

Enzensberger traz uma reflexão sobre o fenômeno, focalizando a posição que os analfabetos ocupam na sociedade, e, principalmente, na própria discussão acerca do fenômeno. Não é um texto sobre aspectos linguísticos, mas um elogio ao analfabetismo, que traz a posição do sociólogo sobre o contexto presente do ponto de vista da cultura. O discurso de agradecimento proferido, em 1985, em Colônia, por ocasião da entrega do Prêmio Heinrich Böll, parece dar a Enzensberger a chance de incluir voz àqueles que sempre estão ausentes nas discussões sobre analfabetismo, ao menos de problematizar pelo fato de o analfabeto ser o protagonista de uma posição hierarquizada, de inferioridade, o bom medíocre, deveria se fazer presente; é loucura pensar sobre analfabetismo pelo olhar de tão somente uma das partes. De um lado, os analfabetos são vistos como *os que não sabem ler*, sem oportunidades; e, de outro, como a *vítima* de uma sociedade excludente.

Se considerarmos a definição de mediocridade pelo dicionário Houaiss (2001) como aquele que é insignificante ou que tem pouco merecimento, compreendemos a razão pela qual a palavra loucura vem logo a seguir. Loucura como alienação mental, uma insensatez, é tão somente a palavra que, por meio da locução aditiva /e/, acrescenta-se como parte daquilo que representa a mediocridade: pouco merecimento e insensato. Enzensberger poderia ter utilizado uma alternância para nos dar uma escolha daquilo que é insignificante ou alienado, seria mediocridade *ou* loucura. Entretanto, para estabelecer uma relação entre os termos, Enzensberger (1985) adiciona a ideia de loucura à de mediocridade na intenção de construir a possibilidade de duas situações distintas serem consideradas como parte de uma ideologia: é medíocre quem não sabe ler e escrever, e é insensato pensar que a leitura e a escrita são a única forma de se constituir economicamente na sociedade.

Das considerações do autor sobre analfabetismo, leitura e cultura escrita, é possível compreender a mediocridade e a loucura do ponto de vista da desigualdade social, uma vez que alguns dos grandes intelectuais se utilizam da insensatez ao excluir os analfabetos da sociedade por estes não saberem ler e escrever, atribuindo a eles uma posição medíocre nesse espaço social. Na maioria das vezes, aqueles mesmos intelectuais estão alienados pela forma de pensar capitalista, de que para se ter oportunidades, ter um bom salário, é preciso ler e escrever bem, ter uma formação acadêmica que contemple os desejos sociais, ao invés de oferecerem aos analfabetos oportunidades equiparadas à de outrem, tornando, assim, a sociedade mais igualitária do ponto de vista econômico, dando a todos a mesma qualidade de vida. Vale ressaltar que esse ponto de vista foi construído no decorrer da leitura do discurso de Enzensberger.

Ler e escrever é importante, mas não para separar da sociedade os *mediócrs*, os nascidos *errados*, todos aqueles que não dominam essas práticas. Dessa forma, recuperaremos a discussão de Enzensberger na conferência *Mediocridade e loucura*, faremos uma reflexão sobre o analfabetismo em defesa dos excluídos que estão à mercê da desigualdade social.

O SILÊNCIO DOS EXCLUÍDOS

Por tratar-se de um discurso de agradecimento, *senhoras e senhores* são as palavras iniciais de Enzensberger para chamar a atenção dos ouvintes sobre suas considerações tão bem colocadas. Talvez tomaríamos nota em algum outro momento se o escritor não tivesse ganhado o Prêmio Heinrich Böll – um dos mais prestigiados prêmios da literatura.

Parece um paradoxo um escritor de boa literatura alemã fazer um discurso de premiação em defesa dos que não sabem ler e escrever. Entretanto, “[...] foi o analfabeto que inventou a literatura” (ENZENSBERGER, 1995, p. 44), e cabe a ele, portanto, um lugar privilegiado nas discussões sobre o analfabetismo e o analfabetismo funcional. O mito, a canção de ninar, os contos de fadas e a charada são mais antigos que a própria escrita e, por meio da transmissão oral dos analfabetos, conhecemos grandes clássicos.

De acordo com Magda Soares (1995, p. 6), “[...] analfabeto é aquele que não sabe ler e escrever”, e a palavra *analfabetismo* atrelada ao termo *funcional*, como destaca Oliveira (2006), corresponde a um perfil do domínio das práticas culturais que envolvem a leitura e a escrita na compreensão de texto para execução de determinadas funções na sociedade.

A Unesco adotou o conceito de alfabetismo funcional para designar a pessoa “capaz de utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida” (BAJARD, 2014, p. 9).

Historicamente, na década de 1930, durante a Segunda Guerra Mundial, o termo alfabetismo funcional surgiu nos Estados Unidos para os militares designarem a característica funcional dos soldados. De acordo com Oliveira (2006), correspondia à capacidade de ler e compreender as instruções militares em um limite que permitisse executar determinadas funções. O referido autor traz em seu texto um breve panorama histórico sobre a terminologia alfabetismo funcional e compreendemos, dessa forma, que “[...] o termo passou a ser utilizado para designar a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos em contexto cotidiano, seja doméstico ou de trabalho” (OLIVEIRA, 2006, p. 25).

Dessa forma, é possível entrever que há teor de subalternidade implicado nas práticas culturais que envolvem a leitura e a escrita quando arroladas sobre o termo *analfabetismo funcional*. É impregnado de ironia o tom de abertura da conferência de 1985. Quando Enzensberger usa *senhoras e senhores*, chama a atenção para um debate em que o “[...] analfabeto nunca está presente quando a discussão gira em torno dele” (ENZENSBERGER, 1995, p. 44). Aquela mesma fala de abertura, proferida em lugares de prestígio, tem a condição de definir o analfabeto e lhe atribuir uma posição, uma história socialmente construída, tornada comum.

O silêncio dos excluídos, como bem apontou Geraldi (2015), coloca os analfabetos em um lugar subalterno, imposto pela sociedade excludente. A opinião dos analfabetos não está circulando entre nós que debatemos sobre o analfabetismo. Afinal, o que pensam os analfabetos sobre o analfabetismo?

Spivak (2010), em *Pode o subalterno falar*, teoriza sobre um sujeito cuja voz não pode ser ouvida e que compõe as camadas mais baixas da sociedade constituídas pela organização do mercado de trabalho capitalista. A autora considera errada a apropriação do termo subalterno para se referir a todos e quaisquer marginalizados, mas não àqueles que constituem o proletariado. A indiana questiona o próprio lugar de fala e desvela o lugar de cumplicidade do intelectual ao construir uma posição de resistência quando se propõe a falar pelo outro. Agir assim é reproduzir a opressão, as situações de poder, cujo subalterno não constitui espaço de fala, por ser este somente objeto de conhecimento da classe privilegiada, dos intelectuais. Para a teórica, não se pode falar pelo subalterno, mas trabalhar contra a subalternidade e contribuir para que, conseqüentemente, o subalterno se articule e possa ser ouvido.

Por uma pequena analogia, Enzensberger (1995), na sua posição de intelectual, dá voz aos analfabetos quando defende a importância de um espaço de fala diante do discurso sobre

analfabetismo, e Spivak (2010, p. 20) questiona o próprio lugar de onde teoriza ao “[...] problematizar o sujeito, em direção à questão de como o sujeito do Terceiro mundo é representado no discurso ocidental”.

Para Enzensberger (1995, p. 47):

Os povos aprenderam a ler e a escrever não por vontade própria, mas porque se viram obrigados a tanto. A emancipação deles foi, simultaneamente, uma cassação de seus direitos. A partir de então, o ato de aprender passou a ser controlado pelo Estado e suas agências: a escola, o exército e a justiça.

Do controle da escola, do exército e da justiça, foi dada a uma parcela da população a posição de subalterno, como bem afirmou Geraldi (2015), e que Spivak (2010) teoriza ao discutir a representação do sujeito no discurso dos intelectuais.

Uma parcela da população mediocrizada não se constitui dentro de um padrão estabelecido socialmente: de um lado, os intelectuais (minoría) e de outro os analfabetos. Assim, segundo Enzensberger (1995), a civilização foi monopolizada e radicalizada, por ser definida como os homens que dominam as mulheres, os brancos aos negros, os ricos aos pobres e os intelectuais aos analfabetos, definindo, localizando e expondo a população *mediocrizada* antes da valorização e da inclusão social.

Caberia aqui uma reflexão sobre o uso da palavra loucura por Enzensberger, pois uma sociedade com a mente alienada, com a ideia de que é preciso ter uma formação acadêmica para se integrar ao mercado de trabalho, vende-se ao propósito do *porventura*. Afinal, se, casualmente, a criança não aprender a ler e a escrever, ela é separada em uma classe dos que não têm qualidade para isso. É a partir do conceito de mediocridade e loucura que podemos compreender sobre a insensatez da minoría privilegiada ao se posicionar na sociedade com discursos excludentes.

Ao fazer um elogio ao analfabetismo, Enzensberger (1995, p. 44) ressalta que “[...] uma terça parte da população do nosso planeta sobrevive sem dominar a arte da leitura e da escrita” e, por isso, de acordo com o autor, uma minoría radical adota atitudes discriminatórias – o que torna a sociedade cada vez mais excludente, transformando a exclusão e a desigualdade social em um fenômeno global.

Geraldi (2015, p. 93) afirma que: “Desconfiança e silêncio são estratégias de sobrevivência no meio da rua. E para estes sujeitos sociais, se integrados à ‘sociedade organizada’, no lugar subalterno a eles destinados, o silêncio mais uma vez será a estratégia de sobrevivência”.

A terça parte da população que sobrevive sem dominar a arte da leitura e da escrita, como aponta Enzensberger (1995), sobrevive em silêncio e, na concepção de Geraldi (2015), a sociedade em que vivemos hoje, construída em conjunto de valores e saberes, é cada vez mais excludente.

De acordo com Geraldi (2013), a sociedade é globalizada para excluir e, sendo esta excludente, torna-se cada vez menor o número de sujeitos considerados competentes para responder questões sobre qual sociedade futura desejamos, quais experiências do passado são significativas para instrumentalizar a construção do futuro e quem da sociedade atual participa das respostas anteriores para elaborar o projeto de implementação das ideias constituídas pela busca de uma qualidade de vida melhor para todos.

A sociedade em que vivemos hoje, construída com base no conjunto de valores, saberes e conhecimentos que nos foram transmitidos, é cada vez mais excludente. E sendo excludente, cada vez é menor o número de sujeitos considerados competentes para calcular possibilidades: por isso o ‘pão nosso’ de cada dia nos é servido pronto e acabado, como caminho único possível, de modo que ao

deixar de definir as ações do presente, alienamos também a definição do futuro (GERALDI, 2013, p. 111).

Quem define o que será projetado do passado no futuro são aqueles que se beneficiam com a exclusão, ou seja, sob um caminho único e possível está a leitura e a escrita como forma de excluir ou diminuir a concorrência no mercado de trabalho. Dessa forma, vamos ao encontro de uma ideologia em que ler é para alguns e escrever é para poucos, sobretudo, que, sendo nós “[...] nascidos *errados*, tivemos a oportunidade de sair do mundo vivido para o mundo sonhado e, se não conseguimos, é porque não temos qualidade para isso” (GERALDI, 2015, p. 43).

Enzensberger (1995), ao falar sobre a educação popular na Europa e seu triunfo junto à expansão máxima do colonialismo, remete ao que Quijano (2005) fala sobre a classificação social da população mundial, ancorada na noção de raça e na ideia de que a Europa é o centro da cultura mundial — e única referência no contexto de composição de toda a sociedade moderna. Situação em que a população é colocada em posição inferior em relação aos outros. Prática de relações entre conquistadores e conquistados, dominadores e dominados.

Em 2020, Silva, jornalista e doutor em comunicação audiovisual, publicou um artigo no qual fala sobre a relação entre o analfabetismo funcional e a desigualdade social. De acordo com os dados de sua pesquisa, o professor aponta que é predominante o número de analfabetos na fase adulta, entre 50 e 64 anos, e que a maior taxa de analfabetos funcionais está entre os negros e os pardos. Além disso, segundo o autor, as dificuldades cognitivas desse grupo denominado analfabetos funcionais impactam no mercado de trabalho, impedindo que eles alcancem cargos e posições mais elevadas devido à falta de escolaridade.

Segundo Quijano (2005, p. 120):

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial.

Assim, o controle do trabalho no molde de um futuro guiado pela leitura e pela escrita pautada na fala de que a melhor qualidade de vida está para quem é alfabetizado favorece a classificação social, racista e preconceituosa da população negra e parda (maior taxa de analfabetos funcionais), cuja capacidade de leitura e escrita para executar determinadas funções não é suficiente para atender as demandas capitalistas do mercado de trabalho. São marcas da colonialidade e do eurocentrismo que alienaram a população elitizada de uma sociedade, cuja importância está na alta produtividade, no capital e na mão de obra barata. O *bom mediocre* “[...] se considera, então, responsável por sua própria infelicidade e se deixa invadir pela consciência infeliz” (DUBET, 2001, p. 15).

Enzensberger (1995), ao considerar que os filantropos e os sacerdotes da cultura defendiam a alfabetização da população para exigir que o Estado colocasse à disposição trabalhadores

treinados, confirma a teoria de que para a minoria privilegiada seria mais fácil domesticar os analfabetos a serviço da sociedade capitalista, colocando em jogo um tipo completamente diferente de progresso. Afinal, ao domesticar a *classe mais inferior* acabava, assim, com a imaginação da população mediocrizada, impedindo que ela falasse por si mesma, dando ênfase ao silêncio dos excluídos.

Dessa forma, “O triunfo do princípio de igualdade dissocializa a experiência das desigualdades numa sociedade que permanece fundamentalmente não igualitária, mas que tende a produzir desigualdades” (DUBET, 2001, p. 15) e exclusão. Essas desigualdades sociais continuam sendo multiplicadas, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente a nível de escolarização e de formação acadêmica.

Logo, ao tratar sobre a alfabetização da população *mediocre* em busca de uma oportunidade de vida igualitária, é fundamental dar voz aos protagonistas da discussão. Entretanto, essa é uma luta de forças que continua deixando os analfabetos à mercê de uma sociedade desigual e excludente. Desconfiança é a palavra quando a pauta de discussão é sobre aqueles que permanecem, portanto, em silêncio.

CONCLUSÃO

Este ensaio teve por objetivo fazer uma reflexão sobre o analfabetismo, a partir do discurso de agradecimento de Enzensberger (1985; 1995), por ocasião da entrega do Prêmio Heinrich Böll, que, ao defender a causa dos que não sabem ler e escrever, tece elogios ao analfabetismo, considerando a voz dos excluídos.

A mediocridade e a loucura são a base de um pensamento preenchido pelas considerações de Enzensberger (1995), quando o autor se posiciona em favor dos analfabetos na luta por um espaço igualitário diante de uma sociedade capitalista, desigual e excludente que foi histórica e socialmente constituída.

Dessa forma, considerando que o analfabeto nunca está presente nas discussões que lhe dão uma posição verticalizada na sociedade, cuja leitura e escrita, colocadas como sinônimo de uma existência humana digna, são o *caminho único e possível* para o progresso, qual é a posição que ocupamos nessa hierarquia? A leitura e a escrita não são o caminho único e possível para a dignidade do homem.

Do ponto de vista da desigualdade e da exclusão social, os analfabetos foram colocados à margem por mentes alienadas ao senso comum que, em prol da ideologia de que ler e escrever é preciso para a igualdade de oportunidades, estão pautadas na ideia de que *a educação liberta e saber é poder*; lugar subalterno àqueles que ajudaram a construir grandes edifícios, contribuindo, assim, com o progresso histórico e social. População mediocrizada por uma sociedade que, com a voz de Enzensberger (1995), diríamos louca, guiada pela insensatez. Dessa forma, concluímos que a desigualdade e a exclusão social são produzidas pela própria ação de uma sociedade capitalista.

Enfim, parece clichê a fala de que para uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, carecem ações também justas, igualitárias e inclusivas. A qualidade de vida do homem e a dignidade humana não devem ser mediadas por aspectos, cuja leitura e escrita ocupam o primeiro lugar no contexto social. Não são insignificantes os analfabetos, pois muitas crianças já nascem em situação desigual, e a sociedade continua mantenedora e reprodutora da desigualdade e da exclusão social, uma vez que as oportunidades, a qualidade de vida e as condições de trabalho não são iguais, para todos.

REFERÊNCIAS

- BAJARD, Élie. *Da escuta de textos à leitura*. São Paulo: Cortez, 2014.
- DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. *Revista Brasileira de Educação*. maio/jun./jul./ago. 2001, n. 17. p. 5-19.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. Elogio ao analfabetismo. In: *Mediocridade e loucura e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1995, p. 43-54.
- GERALDI, João Wanderley. *Ancoragens-estudos bakhtinianos*. São Carlos, São Paulo: Pedro e João Ed., 2013.
- GERALDI, João Wanderley. *A aula como acontecimento*. São Carlos, São Paulo: Pedro e João Ed., 2015.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. In: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001.
- OLIVEIRA, Dimas Lucena de. *Leitura e cibercultura: navegando em oceanos pedagógicos ou por uma educação popular nunca de antes navegada*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2006. p. 16-25.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.
- SILVA, Leandro Rolim; RODRIGUES, Dâmares Silva. Comunicação pública governamental na Covid-19 sob a perspectiva dos analfabetos funcionais no DF. *Revista Negócios em Projeção*. v. 11, n. 2, ano 2020. p. 48.
- SOARES, Magda Becker. Língua escrita, sociedade e cultura. Relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*. n. 0. set./out./nov./dez. 1995.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Submetido em junho de 2022
Aprovado em março de 2023

Informações das autoras

Patrícia Berlini Alves Ferreira
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail: patricia.berlini@ifro.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2717-9488>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1548550120660186>

Márcia Machado de Lima
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail: marcia.lima@unir.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2872-8066>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6386968193374638>